



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150388 - PE (2021/0219617-7)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : PRISCILLA SOBRAL IZIDORIO (PRESO)
ADVOGADO : PAULO RICARDO CABRAL DE SOUSA - PE050809
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PRISCILLA SOBRAL IZIDORIO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0000154-04.2021.8.17.9000).

A recorrente foi presa em flagrante delito pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. A custódia foi convertida em preventiva.

Sustenta a insurgente a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que a quantidade de droga apreendida é razoavelmente pequena.

Assevera a possibilidade de substituição da custódia antecipada por medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Defende a aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, com a finalidade de impedir o contágio pelo novo coronavírus nos presídios.

Alega que não houve a revisão da prisão preventiva no prazo máximo de 90 dias, conforme determina o art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar pleiteada, aplicando-se as medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente